

Termo de Referência 159/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
159/2024	153164-UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA. MARIA/RS	AIDA TERESINHA LOPES BRITES	14/08/2024 14:28 (v 2.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		23081.072779/2024-93

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de empresa para Serviços de coleta, transporte, armazenamento temporário, tratamento e disposição final dos resíduos perigosos gerados pela Universidade Federal de Santa Maria no campus sede da UFSM e demais campi, nos municípios de Santa Maria/RS, Cachoeira do Sul/RS, Frederico Westphalen/RS e Palmeira das Missões/RS, nos termos da listagem anexa, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), pois são usuais no mercado e não há necessidade de projetos adicionais para a formulação das propostas por parte da(s) empresa(s) participante(s).
- 1.3. As quantidades constantes da relação anexam serão fornecidas pela Licitante Vencedora, relativas a cada item, mediante a emissão da Nota de Empenho, de acordo com o disposto neste Edital e condições expressas na proposta, através de fornecimento parcial, de acordo com as necessidades da Unidade Solicitante da UFSM.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, em anexo aos autos do processo.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexados aos autos do presente processo.*

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

4.1. É admitida a subcontratação nas seguintes condições:

4.1.1. A CONTRATADA poderá, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar os serviços objeto da licitação, desde que a subcontratação seja informada oficialmente à CONTRATANTE e desde que esta apresente a documentação da(s) SUBCONTRATADA(S), a mesma que lhe foi exigida, na sua totalidade, e o contrato (ou equivalente) que comprove formalmente o vínculo firmado entre as partes.

Vistoria

4.3. *A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, em até dois dias úteis antes da realização do pregão, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00 horas.*

4.4. *Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia. A Licitante deverá agendar previamente a vistoria, pelo telefone (55) 3220-8498 ou pelo e-mail spaproinfra@ufsm.br.*

4.4.1. O período para vistoria iniciar-se-á no primeiro dia útil da publicação do edital, estendendo-se até 2 (dois) dias úteis anteriores à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.5. A declaração de vistoria será emitida pela unidade responsável pelo agendamento, de forma presencial, ao responsável designado pela licitante (*representante legal da empresa ou responsável técnico*), devidamente identificado por meio de documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.6. *Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, assumindo total responsabilidade sobre a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação/execução dos serviços. A declaração deve ser emitida pelo representante legal da Licitante, devidamente registrada em cartório.*

4.7. *A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.*

Sustentabilidade

4.8. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

a) estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013;

b) possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA;

c) possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica, econômica e condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

d) a contratada e demais empresas subcontratadas, se houver, em qualquer fase do gerenciamento dos resíduos perigosos, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 10.936, de 2022, deverá(ão): elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente; adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como

a aperfeiçoar seu gerenciamento; informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigos

4.9. Deverá ser dada prioridade pela CONTRATADA para o tratamento por COPROCESSAMENTO dos resíduos perigosos gerados na UFSM e coletados por este contrato, que se enquadrem na Resolução 499/2020 do CONAMA, que trata do COPROCESSAMENTO de resíduos.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Execução: *A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:*

5.1.1. *Início da execução do objeto: até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato*

5.1.2. Para os efeitos do presente Termo de Referência são adotadas as seguintes definições::

a) **Coleta Urgente:** coleta de resíduos que, por apresentarem risco imediato à vida, à saúde, à propriedade ou ao meio ambiente, ou a critério da administração da UFSM, deve ser realizada com urgência;

b) **Coletor:** recipiente (bombona, caixa, tambor, contêiner, etc.) para acondicionamento de resíduos;

c) **Ponto de Coleta:** local de armazenamento temporário de resíduos, cadastrado no Sistema de Controle de Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) on-line da FEPAM, onde os mesmos devem ser coletados pela empresa, podendo contemplar um ou mais locais geradores, desde que conectados de alguma forma dentro da estrutura organizacional administrativa da UFSM;

d) **Local Gerador:** laboratório, ateliê, sala ou qualquer unidade da UFSM que gere quaisquer resíduos perigosos constantes no objeto do presente Termo de Referência;

e) **Solicitação de Serviços:** documento elaborado pela CONTRATANTE no qual são descritas todas as informações referentes aos serviços que devem ser executados pela empresa na semana subsequente, podendo ser enviado por e-mail ou por outro meio de comunicação.

5.1.3. PLANO ANUAL

A CONTRATADA deverá elaborar o seu plano anual e apresentá-lo à CONTRATANTE prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura do Contrato. Este documento deverá estar de pleno acordo com as condições do Contrato e com a Licença de Operação da UFSM que estiver em vigor e deverá incluir, no mínimo:

- a. 1. Definição dos dias da semana que serão realizadas coletas na UFSM e previsão dos dias que serão realizadas entregas das embalagens;
- b. 2. Planilha com todos os pontos de coleta de resíduos da UFSM (será fornecida pela fiscalização da UFSM);
- c. 3. Lista dos EPIs utilizados pelos profissionais responsáveis pela coleta de resíduos e pelos motoristas dos veículos de coleta;
- d. 4. Lista de todos os veículos licenciados para o transporte de resíduos, com as placas automotivas e as placas de sinalização dos mesmos;
- e. 5. Itinerários e rotas que os veículos licenciados farão desde a coleta até a destinação final dos resíduos, os locais de armazenamento temporário, as unidades de transbordo e os locais de tratamento e de disposição final, em observância às exigências do DNIT e da ANTT;
- f. 6. LO para transporte rodoviário de produtos e/ou resíduos perigosos, LOs dos locais de armazenamento temporário, tratamento e disposição final, com as ARTs dos Responsáveis Técnicos destes locais, e, se for o caso, contrato(s) firmado(s) com empresa(s) subcontratada(s);

- g. 7. tabela ou planilha descrevendo os resíduos em concordância com este contrato, a classe, tecnologias de tratamento e destinação, locais de armazenamento temporário e destinação final, incluindo CNPJs das empresas e as respectivas LOs;

5.1.4. As informações previstas no PLANO ANUAL poderão ser modificadas pela contratante a qualquer momento durante a vigência do contrato, desde que as alterações sejam comunicadas oficialmente à contratada, com antecedência mínima de 7 (sete) dias corridos. Do mesmo modo, a empresa também poderá modificar qualquer item previsto no plano anual, desde que seja comunicado oficialmente à fiscalização da UFSM, com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, que deverá, caso esteja de acordo, aprovar as modificações na prestação dos serviços.

5.1.5. A CONTRATADA deverá fornecer os recipientes para acondicionamento de resíduos, conforme o Quadro 2 deste TR, devidamente identificados e de acordo com as normas e legislações vigentes para acondicionamento e transporte de cada tipo de resíduo.

5.1.5.1. Os recipientes serão solicitados pela fiscalização da UFSM à CONTRATADA, preferencialmente por email, sendo dever desta disponibilizar as quantidades que lhe forem solicitadas dentro do prazo estipulado abaixo. Na ocasião da coleta de resíduos, a CONTRATADA deverá substituir os recipientes coletados por outros vazios, a menos que a fiscalização da UFSM considere desnecessário.

5.1.6. As especificações técnicas, os conceitos, as definições e as exigências dos poderes públicos relativas aos serviços objeto deste Termo de Referência estão descritas em legislações, resoluções, normas, especificações e normas técnicas editadas pelos órgãos federais, estaduais e municipais encarregados de regulamentar as atividades e pelas normas da ABNT, devendo ser rigorosamente cumpridas pela CONTRATADA na execução dos serviços.

5.1.7. É responsabilidade da CONTRATADA arcar com quaisquer custos de manutenção dos referidos recipientes.

5.1.8. A CONTRATADA deverá realizar a coleta de resíduos em todos os pontos de coleta da UFSM, informados pela fiscalização da UFSM através de planilha, que deverá incluir contato dos responsáveis pelos pontos e frequência de coleta em cada ponto.

5.1.9. Quaisquer destes pontos de coleta poderão vir a ser inativados e novos poderão ser cadastrados, de acordo com a necessidade da CONTRATANTE e desde que informado oficialmente à CONTRATADA.

5.1.10. COLETAS

5.1.10.1. A CONTRATADA deverá realizar as coletas requisitadas pela CONTRATANTE na sua totalidade.

5.1.10.2. As coletas deverão ser acompanhadas por representante(s) da gestão/fiscalização da UFSM, que sejam necessariamente servidores da UFSM, sob pena de não serem consideradas para efeito de prestação de serviço e posterior pagamento.

5.1.10.3. No ato da coleta, os resíduos serão entregues à CONTRATADA e deverão ser pesados (em quilograma - kg), sendo obrigatório o(s) funcionário(s) da CONTRATADA emitir(em) comprovante de coleta que deverá ser conferido pelos responsáveis de cada ponto de coleta. O comprovante deverá ser verificável e uma cópia deverá ser entregue ao gestor da UFSM.

5.1.10.4. As coletas deverão ser realizadas, exclusivamente, pelos funcionários da CONTRATADA, devidamente identificados, cabendo aos representantes da fiscalização da UFSM apenas acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços.

5.1.10.5. A CONTRATADA deverá dispor de veículo licenciado para coleta e transporte de resíduos perigosos.

5.1.10.5.1. O veículo deverá ser habilitado para o transporte dos resíduos coletados, bem como estar com sua estrutura e documentação em conformidade com as normas legais e técnicas vigentes.

5.1.10.6. Durante a coleta, a CONTRATADA deverá sinalizar ou isolar a área, conforme for necessário, visando à segurança dos seus funcionários, dos servidores da CONTRATANTE ou de terceiros, adotando todas as medidas preventivas contra acidentes recomendadas pela legislação vigente.

5.1.11. Quando em desacordo com as exigências e especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e /ou com a proposta apresentada pela empresa, os serviços podem ser rejeitados pela CONTRATANTE, no todo ou

em parte, devendo a CONTRATADA corrigi-los em até cinco dias úteis, com prazo a contar da notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.1.12. Correrão por conta e risco da empresa a substituição dos materiais e/ou correção dos serviços que não foram realizados conforme as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência e/ou na proposta apresentada pela empresa.

5.1.13. Constatadas irregularidades e/ou situações em desacordo com as exigências do Contrato, o pagamento poderá ser retido e/ou cancelado. Em hipótese alguma a Contratada será ressarcida do ônus pelo tempo, que assim perdurar, até a regularização definitiva da(s) situação(ões) pendente(s), enquanto estiver retida a referida nota fiscal.

5.1.14. O serviço somente será considerado concluído, para fins de pagamento, após o atesto das notas fiscais pelo gestor, e/ou eventual substituto, da UFSM.

5.1.15. A CONTRATADA contabilizará nas notas fiscais somente os valores referentes à quantidade (pesagem em quilograma - kg) dos resíduos coletados, tratados e destinados, sendo que os valores da proposta deverão prever os demais custos inerentes aos serviços que são objeto deste TR.

5.2. Local e horário da prestação dos serviços

5.2.1. Os serviços serão prestados em todos os pontos de coleta pertencentes aos quatro *campi* da UFSM, nos municípios de Santa Maria/RS, Cachoeira do Sul/RS, Frederico Westphalen/RS e Palmeira das Missões/RS. Conforme endereços abaixo:

a) Campus Sede da UFSM: Av. Roraima nº 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi, Santa Maria – RS, CEP: 97105-900;

b) UFSM Campus de Frederico Westphalen: Linha 7 de Setembro, BR 386 Km 40, Frederico Westphalen – RS, CEP: 98400-000;

c) UFSM Campus de Palmeira das Missões: Av. Independência nº 3751, Bairro Vista Alegre, Palmeira das Missões – RS, CEP: 98300-000;

d) UFSM Campus de Cachoeira do Sul: Rod. Taufik Germano nº 3013, Bairro Passo D'Areia, Cachoeira do Sul – RS, CEP: 96503-205;

5.2.2 Os serviços de coletas de resíduos deverão ser realizado em **dias úteis, das 08:00h às 13:00h**. As coletas serão solicitadas à CONTRATADA, pelos responsáveis de cada ponto, preferencialmente por e-mail. Todavia, além das coletas demandadas por e-mail, a CONTRATADA deverá realizar coletas nos pontos de coleta que tenham necessidade de ter a frequência fixada, através da tabela fornecida pela fiscalização da UFSM. **Deverá haver coleta no campus sede da UFSM, em Santa Maria/RS no mínimo três vezes por semana, preferencialmente às segundas, quartas e sextas-feiras.**

5.3. Rotinas e prazos a serem cumpridos

5.3.1. A coleta dos Resíduos objetos deste TR, nos pontos de coleta do *campus* sede da UFSM, em Santa Maria /RS, deverá ser realizada 3 vezes na semana, no mínimo, ou MAIS vezes, se a GESTÃO da UFSM assim definir. **Preferencialmente às segundas, quartas e sextas-feiras.**

5.3.2. A CONTRATADA terá um prazo máximo de 3 (três) dias úteis para realizar a entrega de recipientes para acondicionamento de resíduos no *campus* Santa Maria/RS e de 5 (cinco) dias corridos para realizar a entrega nos *campi* Cachoeira do Sul/RS, Frederico Westphalen/RS e Palmeira das Missões/RS, com prazos a contar do envio da solicitação via mensagem de e-mail pela fiscalização da UFSM.

5.3.3. Para o caso de coletas urgentes, que serão definidas pela fiscalização da UFSM, a CONTRATADA terá até 2 (dois) dias úteis para realizar a coleta dos resíduos, com prazo a contar do envio da solicitação via mensagem de e-mail pela fiscalização da UFSM.

5.3.4. A CONTRATADA terá um prazo máximo de 7 (sete) dias corridos – com prazo a contar do envio da solicitação via mensagem de e-mail pela fiscalização da UFSM – para realizar a coleta de resíduos nos pontos de coleta dos *campi* Cachoeira do Sul/RS, Frederico Westphalen/RS e Palmeira das Missões/RS, exceto quando se tratar de coleta urgente, cujo prazo máximo será de 2 (dois) dias úteis, ou quando a data marcada for maior que o prazo de sete dias.

5.3.5. A CONTRATADA terá um prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura do Contrato, para apresentar o PLANO ANUAL à fiscalização da UFSM, que irá avaliá-lo e, caso esteja de acordo, deverá aprová-lo. Caso ocorra renovação de Contrato, a CONTRATADA terá um prazo de até 30 (trinta) dias corridos, após a assinatura da renovação, para apresentar seu plano anual.

5.3.6. É obrigação da CONTRATADA recusar-se a coletar resíduos que não estiverem devidamente acondicionados, rotulados e/ou em discordância com o que exige a legislação vigente.

5.3.7. É dever da CONTRATADA comunicar oficialmente ao gestor e/ou fiscal técnico da UFSM sempre que se recusar a coletar resíduos em razão de esses apresentarem irregularidade(s) como acondicionamento e rotulagem. Caso a empresa se recuse a coletar resíduos e não comunique oficialmente à fiscalização da UFSM, o fato será interpretado como uma recusa da CONTRATADA em realizar o serviço, caracterizando inexecução parcial dos serviços objeto do Contrato, o que poderá acarretar a abertura de um processo administrativo e aplicação das devidas sanções.

5.4. Materiais a serem disponibilizados:

5.4.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os recipientes para acondicionamento de resíduos especificados na Tabela abaixo, de acordo com a demanda em quantidade compatível com os quantitativos coletados mensalmente da CONTRATANTE.

Quadro. Especificações dos recipientes para acondicionamento dos resíduos perigosos

Tipo de Resíduo	Especificação do Recipiente	Capacidade de Armazenamento
Grupo B - Químicos Líquidos	Bombonas de polietileno de alta densidade (PEAD) na cor branca translúcida ou azul, com alça e tampa estreita rosqueada	20 ou 60L
Grupo B - Químicos Sólidos	Bombonas e baldes de PEAD na cor branca ou azul, com alça e tampa estreita ou larga rosqueada	20 ou 60L
	Sacos plásticos de PEAD na cor laranja	30L a 240 L
	Tambores de PEAD para acondicionamento de embalagens internas de resíduos químicos	120 ou 200L
Grupo E - Material Perfurocortante	Caixa de papelão rígido ou plástico de PEAD ou equivalente, com tampa, resistente à punctura, ruptura e vazamento. Nas cores Amarelo e Laranja	3 até 21L
Grupo A (incluindo A2 e A3) - Biológicos Infectantes	Saco plástico branco leitoso, impermeável, resistente a ruptura e vazamento	30 L a 240 L
	Tambores de PEAD para acondicionamento de embalagens internas de resíduos infectantes	120 ou 200L

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133 /2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133 /2021, art. 120).

6.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

6.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.10 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Do recebimento

1. 7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelos fiscais, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 2.

3. 7.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

4.

5. 7.3. A fiscalização do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

6.

7. 7.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.

9. 7.4.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

1. 7.4.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e /ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

2.

3. 7.4.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

1. 7.4.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

2.

3. 7.4.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.

5. 7.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

1.

Liquidação

2. 7.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

3.

4. 7.7. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

5.

6. 7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.1. o prazo de validade;

6.2. a data da emissão;

6.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

- 6.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 6.5. o valor a pagar; e
 - 6.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
-
1. 7.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
 - 2.
 3. 7.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
 - 4.
 5. 7.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
 - 6.
 7. 7.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
 - 8.
 9. 7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
 - 10.
 11. 7.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
 - 12.
 13. 7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

1. 7.16. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 2.
3. 7.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

1. 7.18 *O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.*
- 2.

3. 7.19. *Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.*

4.

5. 7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.

7. 7.20.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.

9. 7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.22. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

1. 7.22.1. *As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.*

2.

3. 7.23. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

4.

5. 7.24. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

6.

7. 7.25. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

8.

9. 7.26. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será GLOBAL

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. *Ato de autorização para o exercício da atividade: NÃO SE APLICA A ESTA LICITAÇÃO*

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

Qualificação Técnica

8.18. Apresentar declaração de vistoria, conforme subitem 4.5 deste Termo de Referência

8.19. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme subitem 4.6 deste Termo de Referência

8.20. Apresentar *Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente*: Certidão de Registro do licitante perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Regional de Química – CRQ ou outro conselho equivalente

8.21. Apresentar Comprovante de Inscrição e Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal do IBAMA, compatíveis como objeto deste Termo de Referência, tanto das empresas quanto dos profissionais responsáveis técnicos, se for cabível. O conteúdo dos documentos emitidos pelo IBAMA deve ser compatível com o que engloba o CNORP (Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos).

8.22. Apresentar Comprovante de Inscrição e Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA). Essa mesma pessoa jurídica deve possuir um responsável técnico também inscrito no CTF/AIDA, nos termos da Lei nº 6.938, de 1981 e Anexo I e II da Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013.

8.23. Apresentar Alvará de Licença Sanitária e Alvará de Localização para os serviços que são objeto deste Termo de Referência, emitidos pela Prefeitura Municipal do município sede da empresa;

8.24. Apresentar Certidão de Registro do licitante perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho Regional de Química – CRQ válida;

8.25. Apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA e/ou CRQ, que comprove(m) que a empresa licitante executou serviços e está apta para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características e quantitativos com o objeto licitado. O atestado referir-se-á a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, sendo aceito apenas mediante a apresentação do contrato. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do atestado apresentado;

8.26. Apresentar Designação de Responsável(is) Técnico(s) – registrado(s) no CREA e/ou CRQ – pertencente(s) ao quadro da licitante na data prevista para a abertura do certame, acompanhada de Certidão(ões) de Acervo Técnico, devidamente registrada(s) no CREA ou CRQ, por execução de serviço, para empresa privada ou para órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, de características semelhantes ao objeto licitado:

8.26.1.) O(s) nome(s) do(s) profissional(is) designado(s) responsável(is) técnico(s) deve(m) constar obrigatoriamente da Certidão de Registro da licitante perante o CREA ou CRQ. Em se tratando de prestador de serviço, apresentar o seu registro atualizado perante o CREA ou CRQ, se for o caso;

8.26.2.) Entende-se, para fins deste Instrumento, como pertencente ao quadro permanente da empresa:

I. Profissional disponível para acompanhamento dos serviços objeto da licitação (Acórdãos TCU 33/2011 e 2299/2011, ambos do Plenário);

II. Prestador de serviços (Acórdão TCU 141/2008 – Plenário, DOU de 15/02/2008);

III. Empregado;

IV. Sócio;

V. Diretor.

8.26.3.) A comprovação de vinculação do(s) profissional(is) detentor(es) da(s) certidão(ões) de acervo técnico, além do exigido no c.2, far-se-á por meio dos seguintes documentos:

I. Profissional disponível: declaração de conhecimento do objeto licitado e disponibilidade para acompanhamento dos serviços;

II. Prestador de serviços: contrato de prestação de serviços, conforme a legislação civil comum;

III. Empregado: cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV. Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente ou cadastro no SICAF;

V. Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada; ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; ou, ainda, cadastro no SICAF.

8.27. Licenças de Operação (LOs) que contemplem todos os serviços objeto deste Termo de Referência, válidas, emitidas por órgão ambiental público:

8.27..1) LO para transporte rodoviário de produtos e/ou resíduos perigosos, relativa a atividade de Fontes Móveis de Poluição;

8.27..2) Em caso de subcontratação, a CONTRATADA deverá apresentar as LOs da (s) SUBCONTRATADA(s) e a mesma documentação que lhe foi exigida, na sua totalidade, incluindo o comprovante de vínculo formal (contrato ou equivalente) entre as partes.

8.28. PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS da contratada e de todas as empresas subcontratadas, conforme art. 6 da RDC 222/2018, da ANVISA e critérios de sustentabilidade deste TR.

8.30. No caso de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.30.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 436.639,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 436.639,00 (*quatrocentos e trinta e seis mil seiscentos e trinta e nove reais*), conforme custos unitários apostos na *tabela anexa*.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 153464 - 153638 - ENCARGOSGERAIS

II) Fonte de Recursos:1000.000000

III) Programa de Trabalho: 230363.MEGOTN0100N - D05 - Modernização e Desenvolvimento Organizacional

IV) Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39.00 -Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

V) Plano Interno: A contratação do objeto deste ETP tem alinhamento com as diretrizes da política de gestão ambiental previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2026 da UFSM, que incluem a “Destinação de resíduos”

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

AIDA TERESINHA LOPES BRITES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 14/08/2024 às 14:28:33.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Listagem Anexa ao TR 159 do Pregao 90044.pdf (31.22 KB)

Anexo I - Listagem Anexa ao TR 159 do Pregao 90044. pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM
95591764000105
Anexo ao Termo de Referência

Item	Especificação	Catálogo	Unidade	Preço Máximo	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
	<p>conter agentes classe de risco 4, e nem apresentem relevância epidemiológica e risco de disseminação, ou microorganismo causador de doença emergente que se torne epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido ou com suspeita de contaminação com príons.</p> <ul style="list-style-type: none">- Resíduos de tecido adiposo proveniente de lipoaspiração, lipoescultura ou outro procedimento de cirurgia plástica que gere este tipo de resíduo.- Recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde, que não contenha sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.- Peças anatômicas (órgãos e tecidos), incluindo a placenta, e outros resíduos provenientes de procedimentos cirúrgicos ou de estudos anatomopatológicos ou de confirmação diagnóstica.- Cadáveres, carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais não submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos.- Bolsas transfusionais vazias ou com volume residual pós-transfusão.						
2	<p>Serviços de coleta, transporte, armazenamento temporário, tratamento e disposição final dos resíduos perigosos gerados pela Universidade Federal de Santa Maria no campus sede da UFSM e demais campi, nos municípios de Santa Maria/RS, Cachoeira do Sul/RS, Frederico Westphalen/RS e Palmeira das Missões/RS.</p> <p>Descrição do resíduo:</p> <p>Grupo A: Resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características, podem apresentar risco de infecção.</p> <p>Subgrupo A2</p> <ul style="list-style-type: none">- Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações, e os cadáveres de animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica. <p>Subgrupo A3</p> <ul style="list-style-type: none">- Peças anatômicas (membros) do ser humano; produto de fecundação sem sinais vitais, com peso menor que 500 gramas ou estatura menor que 25 centímetros ou idade gestacional menor que 20 semanas, que não tenham valor científico ou legal e não tenha havido requisição pelo paciente ou seus familiares.	Kilogramas	3,9000	28.400,00			
3	<p>Serviços de coleta, transporte, armazenamento temporário, tratamento e disposição final dos resíduos perigosos gerados pela Universidade Federal de Santa Maria no</p>		Kilogramas	5,0500	30.700,00		

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM

95591764000105

Anexo ao Termo de Referência

Item	Especificação	Catálogo	Unidade	Preço Máximo	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
	<p>campus sede da UFSM e demais campi, nos municípios de Santa Maria/RS, Cachoeira do Sul/RS, Frederico Westphalen/RS e Palmeira das Missões/RS.</p> <p>Descrição do resíduo: Resíduos do Grupo B</p> <p>Resíduos contendo produtos químicos que apresentam periculosidade à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade, mutagenicidade e quantidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Produtos farmacêuticos - Resíduos de saneantes, desinfetantes, desinfestantes; resíduos contendo metais pesados; reagentes para laboratório, inclusive os recipientes contaminados por estes. - Efluentes de processadores de imagem (reveladores e fixadores). - Efluentes dos equipamentos automatizados utilizados em análises clínicas. - Demais produtos considerados perigosos: tóxicos, corrosivos, inflamáveis e reativos. <p>Estão inclusos também, resíduos químicos (em estado sólido, líquido e gasoso), produtos químicos vencidos ou em embalagens não identificadas ou ilegíveis, dentre outros, que se enquadrem dentro dos resíduos Classe I da Norma ABNT NBR 10.004/2004 e suas atualizações.</p>						
4	<p>Serviços de coleta, transporte, armazenamento temporário, tratamento e disposição final dos resíduos perigosos gerados pela Universidade Federal de Santa Maria no campus sede da UFSM e demais campi, nos municípios de Santa Maria/RS, Cachoeira do Sul/RS, Frederico Westphalen/RS e Palmeira das Missões/RS.</p> <p>Descrição do resíduo: Resíduos do Grupo E - Materiais perfurocortantes ou escarificantes, tais como: lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas de amantadas, lâminas de bisturi, lancetas; tubos capilares; ponteiros de micropipetas; lâminas e lâminulas; espátulas; e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea e placas de Petri) e outros similares.</p>		Kilogramas	4,9100	3.000,00		

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM

95591764000105

Anexo ao Termo de Referência

Informar:

Razão Social da Empresa: _____

CNPJ: _____

Endereço, Local e Estado: _____

Cep: _____ Fone/Fax: _____ Telex: _____

Nome do Banco: _____ Nome da Agência: _____ Número da Agência: _____

Número Conta Bancária: _____ Data: ____/____/____

Assinatura